

A PROBLEMÁTICA DA POLÍTICA SOCIAL

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Problemática da Política Social

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P962 A problemática da política social [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-148-0

DOI 10.22533/at.ed.480192202

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas sociais – Brasil.
3. Política pública – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade.”

José Saramago

Um dos maiores desafios dos governos na atualidade é a demonstração de eficiência na prestação de serviços e implementação de políticas públicas. As estruturas governamentais são, em todos os níveis de atuação, complexos sistemas organizacionais, os quais se apoiam em recursos humanos, equipamentos, tecnologia, e outros meios, com o objetivo de operar a diversidade de serviços à sociedade. Além de dar conta dos déficits sociais acumulados, sobretudo no caso de países em desenvolvimento, os governos lidam com interesses sociais, econômicos e políticos distintos que refletem a diversidade da sociedade. Deve-se compreender que os problemas sociais são multidimensionais e, por essa razão, sua resolutividade não está restrita a um único setor ou a mudanças meramente técnicas e administrativas na gestão pública, mas na superação da configuração fragmentada e desarticulada em que se encontram as políticas públicas. Travar o debate acerca da configuração das políticas sociais, considerar que existe um grande desafio a ser enfrentado, pois compreensão à base de uma leitura crítica que envolve reconhecer a importância da historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista e o seu desvendamento dialético. Pereira (2011, p. 2), aborda que “a política social constitui um processo internamente contraditório, que ao mesmo tempo atende interesses opostos”, demandando assim esforços fincados no conhecimento dos seus movimentos, tendências e não convergências para que estratégias políticas possam favorecer a extensão da democracia e da cidadania. Para analisar o debate acerca da política social é necessário não só o entendimento da sua pertinência para o atual contexto de implementação das políticas públicas, como também é imprescindível a reflexão das abordagens conceituais sobre a referida temática. Esta discussão é entendida aqui como um processo que extrapola o âmbito da dimensão técnica, tendo como conjugação as dimensões políticas, ideológicas e culturais. Certas limitações têm perpassado os estudos voltados para essa temática, principalmente em relação ao entendimento da dimensão histórica e política que este debate exige. Embora a perspectiva da política social seja um elemento recente na agenda das políticas sociais, esta tem sido considerada como uma possibilidade de enfrentamento das problemáticas estruturais advindas do isolamento e fragmentação das políticas sociais brasileiras.

No artigo **A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** as autoras Cláudia Maria Costa Gomes, Maria da Conceição da Silva Cruz, Ana Karoline Nogueira de Souza, Ana Manoela da Silva Lima, analisam, em particular, o período designado como a era Lula (2003-2016), em que o país apresentou uma melhora crescente nos indicadores sociais e econômicos. No artigo **A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA**

IDOSA, os autores Sara do Nascimento Martins, Regiane de Nazare de Sousa Rocha, Maria Leonice da Silva de Alencar, Edinalva Pinto Poça buscam realizar uma análise conceitual sobre o envelhecimento e a educação permanente, e também sobre a implementação das políticas sociais que foram cruciais para garantir e efetivação de direitos sociais da pessoa idosa. No artigo **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL**, a autora Ketnen Rose Medeiros Barreto, Faz uma discussão sobre a ideia de controle social a partir dos estudos realizados junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). No artigo **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG**, os autores Ednéia Alves de Oliveira, Nelson Machado Pinho Junior realiza um levantamento dos programas e projetos em desenvolvimento na cidade e para qual público eles eram destinados, corroborando a hipótese de que tais políticas são direcionadas a jovens, na sua maioria, pobres e da periferia, promovendo renda baixa e não inserção no mercado de trabalho. No artigo **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**, a autora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira explanar sobre a precarização do trabalho e discorrer sobre as suas expressões a nível mundial. Para tanto, referencia-se na teoria social crítica. No artigo **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS**, analisa a presença das políticas sociais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando identificar as concepções orientadoras e os investimentos realizados no sentido de viabilizar as propostas apresentadas. No artigo **CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA**, a autora Daniela de Carvalho Ciriaco trata de alguns elementos que auxiliam na compreensão da formação brasileira a partir da expansão do capitalismo e de como os processos que decorrem deste, as reformas neoliberais são implementados tardiamente trazendo sérias consequências para a efetivação das políticas sociais e para as condições de reprodução da classe trabalhadora. No artigo **CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO**, as autoras Mari Aparecida Bortoli, Carlos Nelson dos Reis, Heloísa Teles busca discutir a relação entre as condições de vida e as estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho engendradas pelos/as catadores/as de materiais recicláveis que atuam na coleta seletiva. No artigo **DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO**, os autores Ariele Azevedo da Silva Vieira, Leonardo Barcelos Vieira, Angela Maria Caulyt Santos da Silva refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. No artigo **DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL** as autoras Ermildes Lima da

Silva, Louise Oliveira Ramos Machado buscaram ao longo do trabalho apresentar algumas inquietações, potencialidades e os desafios da supervisão de estágio na atual conjuntura caracterizada pela mercantilização e precarização da educação superior e das condições de trabalho e os rebatimentos no processo de formação profissional. No artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORA – MG** o autor Nelson Machado Pinho Junior Este trabalho tem por objetivo refletir acerca da relação público-privado na gestão da Política de Assistência Social no município mineiro de Juiz de Fora, através da análise da dimensão do orçamento. No artigo **ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF** a autora Cassiana Ferreira Simões O presente trabalho analisou o acesso e as condições de permanência dos alunos das universidades públicas federais após a implementação das políticas de democratização do acesso Educação Superior, sobretudo, a Política de Ação Afirmativa. Para tanto, o campo para a realização da pesquisa foi o ESR/UFF, em que foram alvos os estudantes ingressos por meio das ações afirmativas, nas modalidades concernentes às cotas sociais, no período de 2013 a 2016.

No artigo **ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO**, os autores Letícia Batista da Silva, Luanda Café Santana dos Santos, Tarcila Freitas de Sousa desenvolve-se uma reflexão sobre o padrão de financiamento da política de saúde no Brasil, para a compreensão das condições objetivas e materiais ao trabalho em saúde. No artigo **ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE** os autores Bruno Moretti, Ana Paula Menezes do Rego buscam examinar a evolução das despesas federais de saúde entre 2014 e 2018. Procura-se mostrar o impacto da crise sobre tais despesas, revelando como a austeridade constrange a ação do Estado, tendência intensificada com a Emenda Constitucional que limita as despesas primárias aos valores do ano anterior, ajustados pela inflação. No artigo **POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS** os autores Danielle Galdino, Cristiano Guedes trazem o resultado de uma pesquisa de mestrado que mostra a história do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, seus desafios e limites, o perfil e as necessidades dos protegidos, o significado de proteção adotado por ele e quais necessidades humanas consegue atender. No artigo **QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO**, o autor Tauã Lima Verdan Rangel analisar o banco de alimentos, típico equipamento público de alimentação brasileiro, na promoção do direito humano à alimentação adequada e promoção de acessibilidade e disponibilidade a tal direito. No artigo **RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017**, as autoras Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz e Flávia Abud Luz propõem-se a refletir sobre o racismo institucional no Brasil; um mecanismo fundado no poder e utilizado via

de regra e historicamente para dominar raças, povos, etnias de cor diferenciada (fator biologizante). No artigo **REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA** Rosimary de Souza Lourenço, Marlene de Deus Lima, Yoshiko Sasaki, buscam discutir sobre a educação e sua relação com o processo de ampliação de cidadania implica em conhecer a concepção de educação e a natureza e intervenção do Estado. No artigo **SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO**, as autoras Michele Ribeiro de Oliveira, Renata Lígia Rufino Neves de Souza. buscam discutir o Programa Mulheres Mil como parte das estratégias da política social com foco no enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais não se resumem a políticas compensatórias — via transferência direta de renda aos mais necessitados —, mas incorpora políticas estruturais, tais como ampliação ao acesso à educação e ao crédito. No artigo **TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS**, autora Hamida Assunção Pinheiro busca trazer a discussão das tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. No artigo **VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL**, a autora **Wilma Lúcia Rodrigues Pessoa** analisa a articulação entre o racismo e a violência institucional do Estado Brasileiro na promoção do genocídio da juventude negra como componente estrutural da opressão de classe. Parto da consideração do que foi a constituição do racismo no Brasil suas especificidades e sua relação com o processo de expansão do capitalismo em escala global.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A REPRODUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Cláudia Maria Costa Gomes	
Maria da Conceição da Silva Cruz	
Ana Karoline Nogueira de Souza	
Ana Manoela da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4801922021	
CAPÍTULO 2	17
A EDUCAÇÃO PERMANENTE: DIREITOS E A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA	
Sara do Nascimento Martins	
Regiane de Nazare de Sousa Rocha	
Maria Leonice da Silva de Alencar	
Edinalva Pinto Poça	
DOI 10.22533/at.ed.4801922022	
CAPÍTULO 3	26
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE CONTROLE SOCIAL	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.4801922023	
CAPÍTULO 4	38
A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA / MG	
Nelson Machado Pinho Junior	
Ednéia Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922024	
CAPÍTULO 5	51
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	
Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4801922025	
CAPÍTULO 6	60
AS POLÍTICAS SOCIAIS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): NOVAS ATRIBUIÇÕES FRENTE A VELHOS DILEMAS	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4801922026	
CAPÍTULO 7	74
CAPITALISMO DEPENDENTE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS: RAÍZES, MARCAS E PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA	
Daniela de Carvalho Ciriaco	
DOI 10.22533/at.ed.4801922027	

CAPÍTULO 8	88
CATADORES/AS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	
Mari Aparecida Bortoli Carlos Nelson dos Reis Heloísa Teles	
DOI 10.22533/at.ed.4801922028	
CAPÍTULO 9	103
DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO	
Ariele Azevedo da Silva Vieira Leonardo Barcelos Vieira Angela Maria Caulyt Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4801922029	
CAPÍTULO 10	117
DIÁRIO DE BORDO: REFLETINDO A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	
Ermildes Lima da Silva Louise Oliveira Ramos Machado	
DOI 10.22533/at.ed.48019220210	
CAPÍTULO 11	128
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM JUIZ DE FORÁ - MG	
UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO MUNICIPAL	
Nelson Machado Pinho Junior	
DOI 10.22533/at.ed.48019220211	
CAPÍTULO 12	140
ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE-ESR/UFF	
Cassiana Ferreira Simões	
DOI 10.22533/at.ed.48019220212	
CAPÍTULO 13	150
ÓBICES À EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PADRÃO DE FINANCIAMENTO	
Letícia Batista da Silva Luanda Café Santana dos Santos Tarcila Freitas de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220213	
CAPÍTULO 14	161
ORÇAMENTO E SAÚDE PÚBLICA EM TEMPOS DE AUSTERIDADE	
Bruno Moretti Ana Paula Menezes do Rego	
DOI 10.22533/at.ed.48019220214	

CAPÍTULO 15	174
POR DENTRO DOS MUROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	
Danielle Galdino Cristiano Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.48019220215	
CAPÍTULO 16	188
QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO	
Tauã Lima Verdan Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.48019220216	
CAPÍTULO 17	201
RACISMO INSTITUCIONAL: DA FAXINA ÉTNICA A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS DE 2010 A 2017	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz Flávia Abud Luz	
DOI 10.22533/at.ed.48019220217	
CAPÍTULO 18	210
REFLETINDO SOBRE A INTERLIGAÇÃO ENTRE ESTADO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	
Rosimary de Souza Lourenço Marlene de Deus Lima Yoshiko Sasaki	
DOI 10.22533/at.ed.48019220218	
CAPÍTULO 19	222
SOCIAL-LIBERALISMO E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O PROGRAMA MULHERES MIL EM QUESTÃO	
Michele Ribeiro de Oliveira Renata Lúcia Rufino Neves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.48019220219	
CAPÍTULO 20	234
TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS	
Hamida Assunção Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.48019220220	
CAPÍTULO 21	246
VIOLÊNCIA, RACISMO E GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL	
Wilma Lúcia Rodrigues Pessôa	
DOI 10.22533/at.ed.48019220221	
SOBRE A ORGANIZADORA	255

DA CASACA À RESISTÊNCIA: O SERVIÇO SOCIAL NA PROMOÇÃO CULTURAL DO CONGO

Ariele Azevedo da Silva Vieira

Bacharel em Serviço Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Pós-graduanda em Estratégia e Saúde da Família pelo Instituto Graduarte. Vitória – Espírito Santo.

Leonardo Barcelos Vieira

Bacharel em Serviço Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e Pós-graduando em Política Social, Gestão e Controle Social (EMESCAM) e Estratégia e Saúde da Família pelo Instituto Graduarte. Vitória – Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo.

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

Doutora e mestre em Educação, especialista em Políticas e Práticas Sociais em Saúde e graduada em Serviço Social. Professora adjunta do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Vitória, Espírito Santo.

RESUMO: Refletiu-se sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social frente às políticas sociais que contribuem para a resistência e preservação do Congo enquanto rica e expressiva manifestação cultural, na formação histórico-cultural do povo capixaba. Objetivou-se valorizar o Congo como cultura popular capixaba na promoção e preservação da cultura

local. A pesquisa foi documental e empírica com abordagem qualitativa, constituindo-se em estudo e discussões do referencial teórico, por meio de encontros presenciais, seminários e pesquisa empírica na sede da “Banda de Congo Amores da Lua”, no bairro Santa Marta, Vitória – Espírito Santo. O projeto da pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências de Santa de Misericórdia de Vitória –EMESCAM (CAAE: 31777914.6.0000.5065). Utilizou-se para a coleta dos dados, técnica de entrevista semiestruturada, registros em áudio e diário de campo. Os resultados revelaram processos de mobilização, organização e resistência, através da perpetuação de valores e costumes, desde a confecção dos instrumentos, indumentárias, danças, entoadas e convivência em grupo. Observou-se intolerância religiosa e falta de apoio do poder público que resultam no afastamento dos “Conguistas” do cenário cultural capixaba, implicando em obstáculos a resistência cultural da Banda: desvalorização cultural dos seus saberes e costumes. Dessa maneira constatou-se que há um vasto campo de possibilidades do assistente social em promover estratégias de enfrentamento: as intolerâncias religiosas, de classe social e étnicorracial, ao reconhecer o legado cultural transmitido pela educação informal intra e intergeracional, com criação de mecanismos de promoção da cultura local,

junto ao poder público, grupos tradicionais e a sociedade, sejam por meio das políticas públicas, seminários e oficinas temáticas nos equipamentos públicos comunitários, com a finalidade da valorização do patrimônio imaterial.

PALAVRAS-CHAVE: Congo. Resistência. Serviço Social. Políticas públicas. Promoção cultural.

ABSTRACT: It reflected on the possibilities of Social Service action against social policies that contribute to the resistance and preservation of the Congo as a rich and expressive cultural manifestation, in the historical-cultural formation of the people of Espírito Santo. The objective was to value the Congo as popular culture of the state of Espírito Santo in the promotion and preservation of the local culture. The research was documentary and empirical with a qualitative approach, being constituted in study and discussions of the theoretical referential, by means of face-to-face meetings, seminars and empirical research in the headquarters of the “Banda de Congo Amores da Lua”, in Santa Marta district, Holy Spirit. The research project was submitted and approved by the Research Ethics Committee of the Superior School of Sciences of Santa de Misericórdia de Vitória -EMESCAM (CAAE: 31777914.6.0000.5065). It was used for data collection, semistructured interview technique, audio records and field diary. The results revealed processes of mobilization, organization and resistance, through the perpetuation of values and customs, from the making of instruments, costumes, dances, chanting and coexistence in a group. It was observed religious intolerance and lack of support from the public power that result in the removal of the “Conguistas” from the cultural scene of the city, implying in obstacles the cultural resistance of the Band: cultural devaluation of their knowledge and customs. In this way it was verified that there is a wide field of possibilities of the social worker in promoting coping strategies: religious intolerances, of social class and ethno-racial, in recognizing the cultural legacy transmitted by the intra and intergenerational informal education, with creation of mechanisms of promotion of local culture, along with public power, traditional groups and society, through public policies, seminars and thematic workshops in community public equipment, with the purpose of valuing intangible assets.

KEYWORDS: Congo. Resistance. Social service. Public policy. Cultural promotion.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é produto de algumas reflexões críticas a partir da nossa inserção no Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), no período de 2014 a 2015, com o tema “Banda de Congo Amores da Lua: um bem imaterial capixaba”, aborda-se a valorização da banda de Congo como manifestação imaterial popular, bem como na promoção e preservação da cultura capixaba, por meio de mecanismos de transmissão de conhecimento intra e intergeracional.

O projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências de Santa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM (CAAE:

31777914.6.0000.5065). Na coleta dos dados foi empregada a técnica de entrevista semiestruturada, além de registros em áudio e diário de campo e na análise dos dados a técnica de análise de conteúdo.

Constatou-se dentre os resultados os processos de mobilização, organização e resistência, através da perpetuação de valores e costumes desde a confecção dos instrumentos, indumentárias, danças, canções (entoadas) e convivência em grupo, transmitidos pela educação informal, intra e intergeracional (ELIAS, 1994) e do patrimônio imaterial, no entanto, há falta de apoio do poder público e da sociedade que resultam em relações de exploração/opressão: credo, classe social e etnia/raça, que ferem o direito à diversidade e a liberdade fundamental dos integrantes dessa manifestação cultural, que segundo Neves (1980) são representantes de uma cultura popular típica do Espírito Santo.

A partir dessas percepções, é entendido que há um vasto campo de possibilidades de atuação do Serviço Social em promover estratégias de enfrentamento as relações de exploração/opressão, através de mecanismos de promoção e resistência cultural do Congo, com a atuação do (a) assistente social no poder público, por meio das políticas culturais, inseridos nas comunidades ou equipamentos públicos, estabelecendo relações diretas com os usuários e povos tradicionais.

2 | A RELEVÂNCIA DO CONGO NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO

O Congo é uma manifestação cultural de origens indígenas, típico do folclore capixaba. Neves (2011) destaca que os primeiros registros documentados são do Padre Antunes de Sequeira que descreveu em seu livro esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense (1893) a forma primitiva do conjunto musical, integrados por índios Mutuns, que habitavam às margens do Rio Doce. “Nas danças acocoram-se todos em círculo, batendo com as palmas das mãos nos peitos e nas coxas” (NEVES, 1980, p. 3).

No ano de 1860, o Imperador Dom Pedro II aportou na província do Espírito Santo e, numa visita à colônia de Reis Magos ou Nova Almeida foi atraído por uma banda de congo que os caboclos formavam em louvor a São Benedito e em seu diário registrou: “Danças de caboclos com as suas cuias de pau de cegos para esfregarem outro pau pelo primeiro” (ROCHA, 1980, p.125).

O instrumental utilizado pelas primitivas “bandas de Congos” segundo Neves (1980) eram compostos por casaca um tipo de bambu dentado, onde corre uma vareta e por um tambor feito de pau oco, tendo pregado em uma das extremidades um couro, havia também o som produzido por um cabaça cheio de caroços de sementes do mato. Esse instrumental das Bandas de Índios descrito por Antunes de Sequeira permanece até hoje nas bandas de Congo, devidamente adaptados, a exemplo: ferrinhos ou

triângulos, tambores, bombos, cuícas, chocalhos e casacas.

A origem das bandas de Congo conforme Neves (2011) tem sua gênese comprovada no Estado do Espírito Santo desde meados do século XIX, caracterizando-se como um conjunto costumeiro da cultura popular típico das regiões litorâneas e na região metropolitana do Espírito Santo. Dessa maneira, a cultura popular do Congo está presente nas primeiras manifestações culturais registradas no estado do Espírito Santo, por meio de documentos e livros.

Mais do que uma característica cultural, o Congo pode ser considerado como um elemento impactante na formação histórico-cultural, resultando no modo de pensar e agir da sociedade capixaba, através de costumes, valores, entoadas (músicas) e festejos, que devem ser preservados para que nunca se perca a singularidade desta manifestação popular. Partindo desse princípio percebe-se que se trata de uma herança acumulada ao longo dos anos (ELIAS, 1994) e que deve ser preservada, e como cultura popular associa-se a algo criado por um determinado grupo de pessoas que possuem participação ativa nessa criação.

Por ser tratar de uma manifestação forte de identificação pessoal e social, o Congo se caracteriza com uma identidade cultural, integrando segmentos sociais e gerações à medida que os sujeitos se realizam como pessoa e expande suas potencialidades: sociais, coletivas e populares.

No processo de fortalecimento da democracia pela sua inserção crítica e ativa no mesmo, [...] como forma importante e necessária à participação dos sujeitos na construção democrática do país, fazendo, nas decisões e gestão coletiva da vida social (DANUTA, REIDY, 2014, p. 32).

Dessa maneira, a identidade cultural é um agente que auxilia na construção de consciência do povo devido à necessidade de comunicação, e aquele que se comunica o faz por meio de certos meios e formas, objetivando a democratização da cultura, a expansão do acesso aos bens culturais e possibilitando que as pessoas possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar da comunidade como um todo Danuta e Reidy (2014).

3 | A RESISTÊNCIA DA CASACA: DESAFIOS DO CONGO

O Congo se caracteriza como uma manifestação cultural inerente à formação histórico-cultural do Espírito Santo, que são transmitidos por sujeitos que expressam seus costumes, valores, entoadas (músicas) e festejos. Contudo, os dados revelaram a existência de desafios que comprometem a realização das manifestações culturais, festejos e apresentações.

Segundo a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT, 2014) há em Vitória três bandas de Congo: “Amores da Lua”, “Gira Mundo” e “Panela de Barro”, no entanto, a cidade não possui Associação de Bandas de Congo, que dentre várias competências, objetiva a expansão cultural do Congo para regiões que o desconhecem, no intuito

de estabelecer um intercâmbio cultural e dispor de uma estrutura necessária para manutenção de instrumentos, confecção das indumentárias.

Outro desafio é a falta /e ou insuficiência do apoio do poder público no incentivo à cultura popular do Congo, os relatos apontaram que há investimentos, mas, estes são insuficientes para a realização das atividades. Ainda relataram que os incentivos culturais são mais significativos quando são destinadas as culturas hegemônicas, que segundo Gramsci (1982) é a prepotência de uma cultura em relação à outra, isso não significa que uma determinada cultura é superior, mas que é seguida pela maioria das pessoas, a exemplo: as festas municipais e ao carnaval e a relação ainda distante com a Comissão Espírito-Santense de Folclore, instituição voltada às tradições populares no estado.

Em consequência dessas situações, a realização das manifestações, festejos e apresentações ficam à “boa vontade” dos integrantes, que se desdobram para a captação de recursos, financeiros, materiais e operacionais, necessários para a confecção de roupas, reparo dos instrumentos e ao transporte, tendo em vista que as apresentações ocorrem em outras regiões, inclusive em outros estados.

Com base nesses relatos e nos desafios apontados, observou-se que para além dos obstáculos financeiros, materiais e operacionais há aqueles resultantes da falta do conhecimento da cultura popular, relacionados com a percepção da sociedade capixaba em relação ao Congo, com o identitário étnico, de forte demarcação territorial, sociocultural, religiosa e de traços corporais negros e indígenas Rocha (1980) característicos do Congo e a importância dessa cultura popular na construção histórico-cultural no estado.

Para os turistas e cidadãos as referências culturais do Espírito Santo são a panela de barro e/ou a moqueca capixaba. Contudo a questão é que para além dessas expressões culturais, o estado tem uma forte identidade e diversas manifestações culturais na forma de danças e folguedos populares como o Ticumbi, o Jongo, o Reis de Bois, Folia de Reis, Boi Pintadinho e o Congo (NEVES, 2011).

O desconhecimento dessas manifestações culturais, com vistas ao Congo, se desdobra à intolerância, à diferença e à diversidade, resultando em relações de exploração/opressão: credo, classe social e etnia/raça Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS, 2013). Esses conceitos serão analisados criteriosamente no decorrer deste artigo, cabe no momento, aponta-los como frutos do desconhecimento da cultura popular do Congo.

Portanto, alcançou-se um momento crucial da nossa inquietação enquanto estudantes e pesquisadores: a condição atual do Congo é agravada de modo significativo e pela acanhada articulação entre as várias instâncias do poder público, ou seja, aquelas que deveriam estar formulando políticas culturais, cada uma no seu âmbito, com o intuito na promoção e resistência do Congo.

Na ausência de políticas públicas culturais mais robustas e eficazes, entra em cena às leis de incentivo fiscal federal, estaduais e municipais Botelho (2001), fazendo

com que o Congo dispute com os outros produtores culturais por financiamentos públicos. Defende-se a pluralidade e direito as manifestações culturais, por meio de políticas públicas articuladas contemplando as várias dimensões da vida cultural sem preconceitos elitistas ou populistas.

4 | CULTURA POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: CAMINHOS QUE SE CONVERGEM

De acordo com FREITAS (2007) os trabalhos de educação popular iniciam junto aos mais variados setores populares, no período de intensos processos de discussão, análise e reflexão. É então potencializa os processos de conscientização e participação destas pessoas, que passam a entender dentro de uma perspectiva histórico-social crítica, as razões e os porquês delas estarem vivendo em tais condições desumanas e de exploração. Nessa lógica, é importante pensar em uma educação que visa à formação de sujeitos críticos contraria a essa ideologia que a população excluída vivencia no cotidiano. Logo se destaca a importância da educação popular que:

[...] constitui um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire, especificamente nos anos de 1960, visando a contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternizadas, a parti de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada à transformação social (MACHADO; SANTOS; SOARES; 2014, p.339).

Os processos de mobilização, organização e resistência constituem como atribuições da educação popular Baldi e Duriguetti (2012), em vista disso é fundamental articula a temática da educação popular e suas relações com o Serviço social, iniciou-se do ponto de vista que ambos fomentam a participação dos sujeitos nas relações sociais na condição de protagonistas e almejam um novo sistema societário, livre das opressões impostas pela sociedade do capital.

Refletir sobre a educação popular na contemporaneidade é retomar a defesa de um projeto societário que valorize a emancipação humana, sobre as classes subalternas, que são exploradas e oprimidas pelo capital e suas ideologias de dominação. Conforme o Código de Ética do/a Assistente Social (1993), o agir profissional remete ao reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

De acordo com uma pesquisa que vem sendo realizada desde 2011 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a temática da Educação Popular, tem sido pouco estudada na área do Serviço Social, a pesquisa teve como objetivo realizar um balanço acerca da produção teórica em nível nacional que articula o Serviço Social a temática da educação popular entre os anos de 1980-2010:

1º) No que se refere ao gênero dos(as) autores(as), a maioria da produção advém de mulheres;

2º) A produção teórica tem se mostrado incipiente, visto que, apesar de investigarmos 66 instituições e vários sites e bibliotecas só encontramos 41;

3º) Desse total, a maioria foi publicada na década atual;

4º) Encontramos 9 publicações de livros e 1 publicação de capítulo de livro na área de Serviço Social que apontam ou abordam o tema da educação popular;

5º) Ademais, a pesquisa revelou 2 teses de doutorado, 6 dissertações de mestrados e 2 monografias de graduação;

6º) E a maioria das produções foi publicada na cidade de São Paulo (MACHADO; SANTOS; SOARES; 2014, p. 345).

Através dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo GEPEDUPSS foi possível observar que, a maioria das produções teóricas que articula Serviço Social ao tema da educação popular provém de mulheres, apesar disso, a produção tem se demonstrado ainda incipiente, uma vez que em três anos de investigação só foi encontrado 41 produções.

No período da ditadura militar os movimentos foram, a todo o momento, obrigados a silenciar, e posteriormente refletindo a precarização das políticas sociais. Nesse mesmo contexto a participação popular adquiriu também contornos críticos, segundo Abreu; Cardoso (2009), a participação popular situa-se nesse contexto como elemento estratégico no processo de redefinição profissional na perspectiva das lutas das classes subalternas, na perspectiva da resistência política ao regime ditatorial e da democratização da sociedade.

A partir dos anos de 1990, vivenciou-se o contexto da ideologia neoliberal, da lógica do mercado como regulador das relações econômicas e sociais. Percebe-se que, na década de 1990, segundo Gohn (1997, p. 301) há “um conjunto enorme de profundas operações estatais no modo de operar a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar na sociedade civil”.

Desse modo cita-se:

A relação, o Estado e os movimentos sociais vão se reconfigurando, uma vez que o Estado neoliberal, a partir da ideologia difundida, vem numa tentativa de consolidar e legitimar os movimentos sociais organizados que caracteriza a formação brasileira para os trabalhadores, enfraquecendo os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, que representam suas reais necessidades (MACIEL, 2011, p. 336).

A educação popular caracteriza-se como modelos educativos que visam à contribuição para o processo de conscientização e mobilização dos sujeitos sociais, dessa forma se constitui em estratégias de intervenção profissional dos (a) assistentes sociais em diversos campos de atuação seja os que atuam nas comunidades, organização e mobilização popular, sobre tudo nas Organizações não Governamentais (ONGs) articuladas aos movimentos sociais, esses espaços constituíram-se como “abrigo” a partir da ditadura militar, pois neste período histórico a educação popular passou a ser considerada como uma prática educativa subversiva.

A aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire ocorreu no processo de Reconceituação da profissão, caracterizado pelo movimento em que os (as) assistentes sociais começam a compreender as amarras do Serviço Social tradicional e iniciam um processo de ruptura. Segundo Machado (2012) o método que surgiu em Belo Horizonte (MG) entre 1972 e 1975 o “Método de BH” foi incorporado às ideias de Paulo Freire e destaca-se como um processo significativo para a construção da “intenção de ruptura” objetivando que a profissão adquirisse um caráter libertador e uma visão crítica a respeito das relações sociais, ou seja, da dinâmica social presente na sociedade capitalista.

Oliveira (2009) refletiu o Serviço Social como uma profissão que desenvolve processos de trabalho que intervêm na questão social, como colaboradora na construção e fortalecimento da Cultura de Paz, a partir do seu projeto profissional, denominado de Projeto Ético-Político.

A cultura vivenciada pela sociedade contemporânea apresenta claros sinais de desagregação e porque não dizer, de esgotamento. São muitas as expressões de violência, de injustiça e desigualdades sociais que não mais compactuam com os princípios da humanidade. É diante desse contexto de profundas expressões da questão social vigente na nossa sociedade que apresentamos uma nova perspectiva que é a de uma sociedade voltada para Cultura de Paz e não-violência (OLIVEIRA, 2009, 16).

De acordo com Oliveira (2009), o impulso pela construção de uma Cultura de Paz não é algo atual, ele vem se constituindo há décadas, e se fazem presentes na Declaração dos Direitos Humanos, em organizações de movimentos pacifistas, sociais, afirmação sexual, ecológico, cultural, e vem contribuindo ao longo da história contemporânea da humanidade para um novo marco civilizatório.

A Cultura da Educação para a Paz centra-se em valores como respeito aos direitos individuais e coletivos, tolerância, solidariedade, diálogo, desenvolvimento e justiça social (ABRAMOVAY, 2001, p. 19). Nesse processo, a sociedade no âmbito geral dialoga na perspectiva da superação de preconceitos e discriminações sociais, raciais, familiares, econômicas etc, desenvolvendo potencialidades numa relação de reciprocidade, que leve ao encontro de respostas para uma vida mais digna.

A profissão se desenvolve em um processo de desordem na sociedade, pois a desigualdade de renda e da riqueza socialmente produzida é percebida na perspectiva neoliberal, como necessária para o funcionamento do capitalismo, que se fundamenta na desigualdade natural dos seres humanos. Conforme Oliveira (2009):

A gênese da profissão no Brasil se dá na década de 1930 e se desenvolve em meio à turbulência do cenário social, político e econômico do país que vivia intensamente reflexos do avanço e do fortalecimento do capitalismo. O Serviço Social aparece nesse cenário com a perspectiva de intervir junto às expressões da Questão Social. Inicialmente se baseia no modelo exportado da Europa a partir da iniciativa da Igreja Católica através do movimento leigo oriundo das classes dominantes. Diversos autores como Netto, Yamamoto, Martinelli, Yazbek entre outros, fundamentaram o surgimento da profissão enraizado em bases conservadoras, que se afirma como um tipo de especialização do trabalho coletivo tendo por finalidade atender as

necessidades sociais provenientes do conflito entre capital e trabalho que se traduzem em Questão Social (OLIVEIRA, 2009, p. 54).

De acordo com Faustini (2004), a partir de dados obtidos em pesquisa de doutoramento, a influência de Paulo Freire no Serviço Social aparece em expressões como: (1) buscar com o outro, ouvindo-o e conhecendo-o em sua lógica e sua Historicidade; (2) informação por informação não educa; (3) consciência ingênua e consciência crítica; (4) aspecto dialogal da prática; (5) Valorizar o saber já construído e ir construindo novos saberes; (6) Utopia como um sonho a ser realizado.

Portanto, os autores utilizados pelo Serviço Social denotam um comprometimento da profissão a uma prática dialética a partir de um processo educativo na sociedade, ao mesmo tempo que, rompendo com o conservadorismo existente por tantos anos na profissão, em busca de uma nova cultura profissional pautada pela democracia.

5 | SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS CULTURAIS: REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL NA CULTURA POPULAR DO CONGO

O atual Projeto Ético-Político foi iniciado na década de 60 por assistentes sociais engajados nos movimentos de reforma, pois no final da década de 1970 este movimento foi revigorado pela categoria, pela luta contra a ditadura e pelo adensamento teórico e político na década de 1960.

De acordo com Iamamoto (2001, p.12), “trata-se de um projeto profissional indissociável à democracia, equidade, liberdade, defesa do trabalho, direitos sociais e humanos, contestação de todas as ordens”. É através da vontade política da categoria, em sintonia com as demandas sociais, conjunturais, estruturais que se tem maior clareza dos desafios à concretização dos valores e princípios firmados a partir de 1993.

Oliveira (2009) cita a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, que regulamenta o exercício da profissão do Serviço Social, traduz as competências profissionais, as atribuições privativas do Serviço Social e regulamenta os órgãos representativos da profissão. Destacando algumas competências do assistente social entre outras: (1) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais; (2) Elaborar, coordenar e executar planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social; (3) Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e subsidiar ações profissionais; (4) Prestar assessoria e apoio a movimentos sociais.

Lucena (2015) faz uma reflexão:

Historicamente a inserção do assistente social na política de cultura não é algo que a categoria profissional tenha se atentado com bastante dedicação. Sabe-se muito bem que a relação entre Serviço Social e cultura apresenta em sua trajetória continuidades e rupturas, afinal existem produções a respeito sobre

essa questão e até mesmo sobre a utilização da arte no processo de trabalho do assistente social. No entanto, produções sobre a relação do Serviço Social com a política de cultura ou sobre a sua inserção são esparsas, pra não dizer inexistentes (LUCENA, 2015, p. 2).

O autor destaca que é responsabilidade do Estado no trato da intervenção e regulação, além dos princípios e objetivos que devem reger a elaboração das políticas culturais, tanto no âmbito federal, como nos governos estaduais e municipais.

Pois, uma vez que se acredita que outros pesquisadores do Serviço Social devem desenvolver produções ou mesmo engajar na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores contra a ofensiva do capital, esta política permaneceu e permanece direcionada aos interesses do bloco hegemônico ferindo o artigo 215 da CF/88, no qual assegura ao Estado como responsável por garantir “[...] a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (BRASIL, 1988, s/p).

Durante muito tempo a cultura fora relegada na agenda pública como uma política de segundo plano, com baixos recursos financeiros e humanos e com a preferência pelo campo das artes. Essa postura adotada inúmeras vezes tendia ao favorecimento do mercado rejeitando o compromisso social para parcelas da população cada vez mais alijadas de seus direitos sociais e culturais (LUCENA, 2015, p.3).

De acordo com Lucena (2015) se vive em um estágio de omissão dos direitos, e quem sente esse retrocesso é a classe trabalhadora, parte da sociedade ainda acredita que o acesso à cultura é um privilégio da classe social que tem maior poder aquisitivo. É preciso entender a cultura como um direito social, para isso é preciso entendê-la de forma universal, acessível e descentralizada, pois foi um direito conquistado socialmente, portanto esse direito é focado ao desenvolvimento da sociedade e então garante a cidadania através da consolidação e ampliação dos direitos culturais.

O Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, nasce como uma profissão eminentemente interventiva, através da sua inserção em variadas instituições prestadoras de serviço para uma parcela da população alijada do acesso da riqueza socialmente produzida. Nesse percurso histórico várias transformações ocorreram na profissão e hoje a vivemos uma expansão profissional através da conquista de novos espaços sócio-institucionais, entre elas destacam-se as políticas sociais de educação, meio ambiente e de cultura. Quanto essa última, alvo desta discussão (...) (LUCENA, 2015, p. 5).

Lucena (2015) relata que a inserção do assistente social na política de cultura é um desafio à categoria profissional, é destaca dois motivos: “(1) O trato da cultura como direito; (2) E a questão da ampliação dos campos de inserção do profissional de Serviço Social”.

O autor ressalta que “talvez, exista outros motivos ainda não encontrados neste momento, mas, isso por si só, já garante atenção por parte do assistente social. No entanto, essa inserção deve ser motivo de bastante atenção”. Nessa mesma linha de raciocínio Cunha et al (2012) contribuem:

[...] ao longo dos anos o campo cultural vem despertando grande interesse teórico para os profissionais do Serviço Social, não só pelo fato da cultura ser vista como

um direito social, mas também, por que este profissional irá lidar com as mais diversas expressões culturais, e para essa demanda nessa área os profissionais devem estar bem preparados, com os seus instrumentos bem definidos (CUNHA *et al*, 2012, p. 03).

É perceptível que existem grandes desafios para o profissional de Serviço Social neste campo de atuação, pois a racionalidade vigente tenta reduzir a cultura em artes com centralidade no mercado, ou seja, retirando-a do campo dos direitos sociais.

Portanto, Cunha *et al* (2012) destacam e reforçam a inserção do assistente social nesta política por terem condições de reconhecer os direitos sociais de todos os cidadãos, e isto é de extrema importância na e para a sociedade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, buscou-se a relação entre o Serviço Social e direitos culturais como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais nas manifestações culturais, a exemplo do Congo. Considera-se que os direitos culturais nessa perspectiva assumem um papel na efetivação da cidadania, logo, o exercício de tais direitos é a manifestação da liberdade e da dignidade da pessoa humana que constituem a base do Estado Democrático de Direito. Portanto, os sujeitos motivos de exploração/opressão/violência e discriminação têm seus direitos negados e não exercem a cidadania de forma plena.

Nessa perspectiva esse artigo resgata sobre espaços em construção referentes à cultura popular, visto que a efetivação das políticas culturais em equipamentos socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência, favorecem a cultura popular. Pois, a atuação dos assistentes sociais estão relacionadas com os processos de mobilização e organização popular, uma vez que, é na intervenção que residem as possibilidades dos assistentes sociais influenciarem criticamente para o fortalecimento da cultura, apesar das significativas contribuições, este campo de atuação é marcado por muitos desafios.

Os dados mostram que os integrantes da “Banda de Congo Amores da Lua” deparam-se com: o não reconhecimento de seus valores e costumes pela sociedade, constituindo em uma grande ameaça às manifestações culturais e religiosas da Banda. Esta situação é agravada pela negligência dos gestores públicos, pois o Estado representa os interesses e ideologias dominantes e reproduz, de acordo com seus agentes, as desigualdades culturais. No entanto, os resultados atestam a nossa hipótese a respeito da inserção do/a assistente social no campo dos direitos culturais, como um agente viabilizador dos direitos culturais e da cidadania.

Para a construção desses espaços ocupacionais de atuação profissional enraizado no processo histórico e apoiado em valores e princípios democráticos, é essencial uma mobilização de atores que comungam dos mesmos ideais, pois a sociedade reflete vários conflitos e interesses. O termo cultura é apresentado nesta pesquisa

de maneira totalizante, abrangendo desde a cultura elitizada até as manifestações populares e periféricas, pois esta é o entendimento atual, fruto de uma concepção política e ideológica.

Atualmente existe uma retirada progressiva de direitos, aspecto do projeto neoliberal com sua concepção excludente e elitista. Evidencia-se a necessidade progressiva de criar estratégias que visem enfrentar as desigualdades socioculturais e econômicas geradas no centro do sistema capitalista. É fundamental refletir no coletivo sobre a atual conjuntura, que visam à redução dos direitos conquistados, como também os impactos no trabalho profissional, pois todo retrocesso atingem a população usuária e os campos nos quais os/as assistentes sociais estão e/ou podem ser inseridos. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm se manifestado contra a regressão de direitos, através de notas públicas, manifestações nas ruas, juntando-se aos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora em luta.

O exercício profissional no atual contexto pressupõe por meio dos parâmetros que nos orientam uma direção política embasada nos princípios éticos fundamentais da profissão, o Código de Ética do/a assistente social, em especial, no tocante a sua expressão no projeto ético-político da profissão, firmado em 1993. O referido Código é uma ferramenta histórica de relevância profissional que articula nacionalmente valores fundamentais ao exercício da profissão, pautado na defesa intransigente dos direitos humanos, sendo a cultura uma temática fundamental.

Portanto, este estudo visou contribuir para a discussão que auxiliem para o aprofundamento da relação entre o serviço social e os direitos culturais, pois, deve-se caminhar com um posicionamento ético político contrário à dinâmica do capitalismo, pois os direitos conquistados correm risco, e há muito a prosseguir.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7978>>. Acesso em: 22 Mai. 2016.

ABEPSS; CFESS (orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

ABRAMOVAY Mirian et al. **Escolas de paz**. Brasília: UNESCO Gov. do Estado do Rio de Janeiro/ Sec. de Estado de Educação Univ. do Rio de Janeiro, 2001.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (orgs). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

ANTONIO Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Editora Civilização Brasileira S.A. RJ. 1982.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.73-83. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0102-88392001000200011>. Acesso em: 22 maio, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Brasília, 1993.

CUNHA, Laís Souza da et al. A atuação do assistente social na cultura popular brasileira. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, 20., 2012, Córdoba. **ANAIS...** Córdoba: 2012.

DANUTA, Estrufika Cantóia Luiz; REIDY, Rolim de Moura. A Categoria Sujeitos: concepções e desafios no contexto brasileiro. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 31 - 46, jan./jun. 2014.

DURIGUETO, Maria Lúcia; BALDI, Luís Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

ESPÍRITO SANTO. Lei 10.363, de 06 de maio de 2015. **Declara as Bandas de Congo patrimônio imaterial do Estado**. A PRESIDENCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, p.1-20, maio. 2015. Disponível em: <<http://dio.es.gov.br/busca#/p=>

ESPÍRITO SANTO. Secretária da Cultura (Ed.). **Folclore**. 2015. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/cultura/folclore>>. Acesso em: 08 out. 2015

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **O ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FREITAS, Maria. Fátima. Quintal. Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** V. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, ano II, n. 3, p. 9-32, mês. 2001.

LUCENA, João Paulo Freitas. **O assistente social e a política de cultura: reflexões sobre a inserção do profissional de serviço social**. 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/o-assistente-social-e-a-politica-de-cultura-reflexoes-sobre-a-insercao-do-profissional-de-servico-social.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

MACHADO, Aline. Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MACHADO, Aline. Maria Batista; SANTOS, Ana Carla; SOARES, Elaila Andrius de Moraes. Serviço Social e educação popular: um recorte dos estudos produzidos no período de 1980-2010 no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 337-54, jul./dez. 2014.

MACIEL, Karem de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. v. 2. Viçosa, 2011.

NEVES, Luís Guilherme dos Santos - **Bandas de Congo**, Cadernos de Folclore, nº 30, Rio de Janeiro, Ed. FUNARTE, 1980, p.3.

_____. **Breviário do folclore capixaba**. Vitória: Cultura e Edições - Tertúlia, 2011. 48 p.; 21 cm. (Coleção Memória Capixaba; nº 2).

OLIVEIRA, Simone Barros de. **Interfaces da Cultura de Paz com o Projeto Ético Político do Serviço Social**. Tese de Doutorado (qualificação). FSS/PUCRS. Porto Alegre: 2009.

Rocha, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito SANTO**. Rio de Janeiro: Revista Continente; Brasília: INL, 1980.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-148-0



9 788572 471480